

Perspectivas no futuro educacional da Bahia: breves relatos de educadores em tempos de Covid-19

Perspectives in Bahia's educational future: brief reports from educators in Covid-19 times

Perspectivas en el futuro educativo de Bahia: cortos informes de los educadores en tiempos de Covid-19

Arlete Ramos dos Santos*
Antônio Domingos Moreira**

Resumo

O presente trabalho teve como objetivo discutir as perspectivas para o futuro educacional do ensino médio no estado da Bahia, no momento de pandemia do coronavírus vivenciado em 2020. A pesquisa traz uma discussão a partir da tentativa de aproximar e identificar algumas características da educação tecnológica, remota e a distância no atual contexto de crise com a propagação da Covid-19. Adotamos a pesquisa qualitativa, cujo instrumento de coleta de dados foi questionário com educadores que são servidores das escolas de ensino médio da Bahia, os quais relatam experiências vivenciadas no atual contexto educacional em que trabalham. Os dados demonstram que as políticas públicas certamente começarão a avançar no que se referem ao ensino *online*, embora exista a necessidade de que elas se tornem acessíveis para todos. Isso envolve múltiplos aspectos: viabilizar o acesso a computadores e internet, capacitar gestores, professores e pais de famílias, desenvolver materiais adequados, dentre outros.

Palavras-chave: Covid-19; ensino remoto; políticas públicas.

Abstract

The present work aimed to discuss the perspectives for the educational future of high school in the state of Bahia, at the time of the coronavirus pandemic experienced in 2020. The research brings a discussion from the attempt to approximate and identify some characteristics of technological education, remote and from distance in the current context of crisis with the spread of Covid-19. We adopted qualitative research, whose data collection instrument was a questionnaire with educators who are employees of high schools in Bahia, who report

Recebido em: 14/06/2020 – Aprovado em: 12/08/2021

<http://dx.doi.org/10.5335/rep.v28i2.11181>

* Doutora em Educação (FAE/UFMG). Professora Adjunta do Departamento de Ciências da Educação (DCIE), na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Professora no Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Formação de Professores para a Educação Básica (DCIE/UESC). Coordenadora do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação e Ciências Humanas (CEPECH). Coordenadora do Grupo de Estudos Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo (GEPED/CEPECH) (DCIE/UESC). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0217-3805>. E-mail: arlerp@hotmail.com

** Mestre em Educação no PPGEd-UESB. Graduado em Pedagogia e em Tecnologia Gestão Ambiental. Especialista em Inovação Social com Ênfase em Economia Solidária e Agroecologia/IF Baiano. Especialista em Supervisão Escolar e Coordenação Pedagógica com Ênfase em Educação Especial e Inclusiva, Faculdade Montenegro. Professor do Colégio Estadual Sinésio Costa (CESC), Riacho de Santana, BA. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2856-1219>. E-mail: tony.dom1987@gmail.com



experiences in the current educational context in which they work. The data demonstrate that public policies will certainly begin to advance with regard to online education, although there is a need for them to become accessible to all. This involves multiple aspects: enabling access to computers and the internet, training managers, teachers and parents of families, developing appropriate materials, among others.

Keywords: Covid-19; remote teaching; public policy.

Resumen

El presente trabajo tuvo como objetivo discutir las perspectivas para el futuro educativo de la escuela secundaria en el estado de Bahía, en el momento de la pandemia de coronavirus experimentada en 2020. La investigación trae una discusión que empieza del intento de aproximar e identificar algunas características de la educación tecnológica, remota y a distancia en el contexto actual de crisis con la difusión de Covid-19. Adoptamos una investigación cualitativa, cuyo instrumento de recolección de datos fue un cuestionario con educadores que son empleados de escuelas secundarias en Bahía, quienes informan experiencias vividas en el contexto educativo actual en el que trabajan. Los datos muestran que las políticas públicas ciertamente comenzarán a avanzar con respecto a la educación en línea, aunque es necesario que sean accesibles para todos. Esto implica múltiples aspectos: permitir el acceso a computadoras e internet, capacitar a gerentes, maestros y padres de familia, desarrollar materiales apropiados, entre otros.

Palabras clave: Covid-19; enseñanza a distancia; políticas públicas.

Introdução

A presente pesquisa traz discussões sobre os desafios e as transformações que o estado da Bahia vem sofrendo com a crise da pandemia da Covid-19, que vem assolando todo o contexto mundial. A crise sanitária em escala mundial causada pelo vírus da Covid-19 tem provocado desdobramentos incalculáveis em todas as esferas da vida humana. A educação escolar, enquanto parte constituinte desse processo, tem sofrido diretamente os impactos desse cenário. Com o fechamento das escolas, cerca de 1,5 bilhão de estudantes estão sem aulas presenciais em 188 países, segundo relatório da Organização das Nações Unidas (ONU). Segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2020, não paginado):

A COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, que apresenta um quadro clínico que varia de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a maioria dos pacientes com COVID-19 (cerca de 80 %) podem ser assintomáticos e cerca de 20 % dos casos podem requerer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória e desses casos aproximadamente 5% podem necessitar de suporte para o tratamento de insuficiência respiratória (suporte ventilatório).

No Brasil, como alternativa ao quadro de interrupção das atividades escolares, os governos têm editado medidas emergenciais, seja por decreto ou por regulamentação de órgãos colegiados, que sinalizam para a utilização das tecnologias no

ensino remoto como possibilidade de se manter o vínculo de crianças, jovens e adultos com a escola, bem como a realização de atividades pedagógicas que impeçam uma bruta interrupção com as culturas escolares. Os sistemas de ensino têm sido orientados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) para o redimensionamento do tempo, a organização dos calendários e a readequação das atividades escolares, permitindo que o ensino remoto possa ser considerado no cômputo das cargas horárias previstas na legislação.

Como se já não bastasse a histórica e reconhecida falta de prioridade do poder público para com a educação no país, as alternativas que se impõem à escola durante a pandemia de Covid-19, como a utilização do ensino remoto mediado por tecnologias, evidenciam mais uma vez as enormes desigualdades que afetam a educação pública, como a realidade de 30,4% das escolas que não têm conexão com a internet (INEP, 2018). Além disso, é importante considerar que 11% da população formada por crianças e jovens da faixa etária entre 9 e 17 anos não possuem acesso à rede mundial de computadores (UNESCO, 2020), situações que se impõem como geradoras de exclusão digital e que geralmente são precedidas e acompanhadas por problemas socioeconômicos e culturais que também afetam a escola.

A educação, no seu aspecto fundamental, sofreu paralisação das aulas presenciais e, conseqüentemente, na Bahia, especialistas se preocupam com o futuro da educação, mas, no nosso caso, destacaremos o ensino médio dos jovens para os quais não tem sido ofertado um ensino de qualidade. Com o advento da pandemia do coronavírus, com o uso de educação a distância, isso piorou consideravelmente, uma vez que nem todos os alunos têm acesso às tecnologias mediadas, principalmente a internet. E isso tem escancarado o fato de que a educação não é ofertada para todos de forma democrática.

O fechamento das escolas, uma das medidas tomadas em relação à pandemia, impactou diretamente na manutenção dos dias letivos e da carga horária anual estabelecida na Lei n. 9.394/1996, art. 24, I, que determina a carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuídas por no mínimo 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar. Para que isso fosse garantido, os sistemas de ensino públicos e privados começaram a atuar em várias frentes por meio do uso das tecnologias educacionais, enviando atividades via internet, ou mesmo garantindo aulas remotamente por meio de plataformas específicas. Nesse sentido, o CNE aprovou o Parecer CNE/CP n. 5, de 20 de abril de 2020, que trata da reorganização do calendário escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia

da Covid-19. Esse cenário fez com que os Conselhos Estaduais de Educação de diversos estados e vários Conselhos Municipais de Educação emitissem resoluções e/ou pareceres com orientações para as instituições de ensino pertencentes aos seus respectivos sistemas sobre a reorganização do calendário escolar e o uso de atividades não presenciais (BRASIL, 2020).

Nesse período de transição no sistema educacional, observa-se que a educação remota é para quem tem acesso à internet. É importante afirmar que ter internet para acessar WhatsApp é diferente de ter uma rede com capacidade para baixar um arquivo, um livro, etc. Aliás, são três aspectos que precisam ser levados em conta quando se fala do uso dessa ferramenta: o serviço, ou seja, a internet; os equipamentos, uma vez que os alunos podem ter um bom acesso à internet, mas não ter um bom computador ou celular; e a formação para o uso das tecnologias. Também é importante salientar que, no contexto educacional na Bahia, parte dos professores que têm internet e equipamentos não tem a formação adequada para trabalhar com educação a distância, o que é imprescindível para ofertar um ensino de qualidade para os alunos.

Analisando o contexto baiano e o Brasil, o professor da Faculdade Getúlio Vargas (FGV), Vieira (2020 *apud* FGV, 2020, não paginado), afirma que chamam a atenção, primeiramente, durante essa crise sanitária, a resiliência e a capacidade de adaptação. “O mais importante foi que a sociedade vem se conformando aos direcionamentos propostos pelas ciências, que atualmente passavam por uma fase de descrédito”. Ainda segundo o professor, as autoridades que refutaram a ciência foram obrigadas a voltar atrás. Aquelas que usaram de seu poder institucional para reforçar a prudência e a racionalidade foram fortalecidas. Vieira (2020 *apud* FGV, 2020) alerta que os esforços têm que ser redobrados em um país como o Brasil, uma vez que a desigualdade social tornará a crise de saúde pública muito mais aguda e dramática para os mais pobres, pois, nos momentos de crise, os problemas de uma sociedade, escamoteados durante a normalidade, afloram de maneira mais contundente.

Já a psicanalista Heloisa Ditolvo (2020 *apud* FGV, 2020) afirma que a crise advinda do novo coronavírus irá abrir possibilidades de diálogos e momentos de conversa. Na análise da psicanalista, uma forma de enfrentar esses sentimentos surgidos com a quarentena é fazer um corte para que tudo convirja para dentro de casa. Por isso, as redes sociais entram agora como instrumento essencial, mas sua forma de uso vai mudar: ao invés de registrar grandes feitos, grandes conquistas,

grandes viagens, as redes sociais serão usadas para se importar com o outro, para criar outros tipos de ajuda, para pedir apoio do outro.

Tecnologias no sistema educacional em crise epidêmica: possibilidades de articular o trabalho pedagógico aos recursos tecnológicos

O mundo contemporâneo, neste momento histórico da pandemia da Covid-19, está marcado pelas diversas transformações sociais, econômicas, culturais, educacionais e outras. Santos, Silva e Alves (2018, p. 19) salientam que: “As mudanças ocorridas no Brasil, desde a década de 1970, provocaram transformações que mudaram a forma de gerir as políticas públicas e o relacionamento entre Estado e sociedade civil”. No que se refere à propagação do coronavírus em toda parte do planeta, as autoridades competentes e os especialistas na área de saúde percebem um avanço significativo no Brasil, o que ocasionou a suspensão de aulas das redes pública e privada em todo o país. A medida serve para evitar aglomerações e deslocamentos. Segundo autoridades de saúde, uma das melhores formas de parar a transmissão é ficar em isolamento social. Mas, esse distanciamento social, que, praticamente, anula a capacidade de mobilização e de reação da sociedade, não pode vendiar os nossos olhos para ataques oportunistas que, pegando carona na excepcionalidade da situação, não têm outra intenção senão a de favorecer a determinados setores, em detrimento da vida humana.

Vimos isso com a Medida Provisória n. 927/2020, a qual previa a suspensão dos contratos de trabalho por 4 meses, sem salário, como ajuda aos grandes empresários; a injeção de R\$ 1,2 trilhão para “salvar” os bancos; a proposta de redução dos salários dos servidores públicos; a redução de repasses de recursos para políticas de transferência de renda, etc. Essas medidas não são de todo novas, pois vêm sendo gestadas há algum tempo, como germes do projeto de governo ultraliberal e que, de tão impopulares, não são trazidas à luz. O momento de excepcionalidade e a comoção social se tornaram, então, a penumbra necessária para a proposição de ações que, certamente, resultarão em prejuízos sociais incalculáveis, que, ademais, favorecerão o grande capital financeiro e o mercado. Sinal de alerta, então, para o Parecer n. 33/2020, do Conselho de Educação do Distrito Federal, publicado no dia 26 de março de 2020, que orienta a implantação do ensino a distância na educação básica, como medida de ajuste da organização do trabalho pedagógico e administrativo e do calendário escolar, enquanto durar a pandemia (SINPRO-DF, 2020).

Sem aulas, estabelecimentos de ensino têm adotado o ensino remoto com uso de computadores e atividades complementares, para dar continuidade à aprendizagem das crianças. É importante salientar que nem todos os estudantes do país têm acesso a computadores e à internet de qualidade. Outro problema é manter a concentração de crianças mais novas, enquanto os pais também trabalham em casa. Segundo a Unicef (2020), 154 milhões de estudantes estão sem aulas na América Latina e Caribe. A entidade alerta que a situação poderá se estender e há risco de abandono escolar definitivo. Uma pesquisa divulgada em 2019 aponta que 58% dos domicílios no Brasil não têm acesso a computadores e 33% não dispõem de internet (CGI.BR, 2020). Os dados apontam que, nas áreas rurais, nem mesmo as escolas têm acesso à rede mundial de computadores: 43% delas afirmam que o problema é a falta de infraestrutura para o sinal chegar aos locais mais remotos.

Diante desse cenário de possibilidades, Santos (2020) pondera sobre a atualização das práticas pedagógicas. Para ela, a grande questão da cibercultura é a transição de uma educação e uma formação estritamente institucionalizadas para uma situação de troca generalizada de saberes. Os sujeitos deste espaço “do saber”, ciberespaço, formam também uma inteligência coletiva, e a busca em torno da obtenção de novos saberes e identidades é necessária para o indivíduo poder delimitar seu lugar no mundo e se fazer reconhecer como diferente entre tantos outros, compartilhando seus conhecimentos e construindo ideais coletivos de forma democrática.

Durante a propagação da pandemia da Covid-19 em 2020, em todos os lugares, a oferta do ensino tem sido repensada. Nesse sentido, no estado da Bahia, a secretaria de educação, juntamente com educadores, pais e responsáveis dos alunos, terá que driblar uma das funções da escola física, que é a de ser espaço de convivência e saberes presenciais. Em tempos de isolamento social, a convivência está sendo adaptada virtualmente, por tecnologias que tentam aproximação com a realidade presencial. Segundo o Ministério da Educação (BRASIL, 2020, não paginado), no mês de maio de 2020: “A ação tem caráter excepcional e valerá enquanto durar a situação de emergência de saúde pública por conta do coronavírus. A adesão por parte das instituições é voluntária”.

É importante compreender o papel da educação baiana no atual contexto social, político, e econômico, conforme sugerido pela temática, bem como a relação entre as políticas públicas aplicadas ao sistema tecnológico atual em consonância com a pandemia do coronavírus. A Secretaria de Educação do estado da Bahia (SEC-BA) publicou os Decretos n. 19.529/2020 e n. 19.635/2020, que versam sobre a

paralisação das aulas, com a condição de reposição presencial. A SEC-BA diz ainda que estuda cenários sobre como ocorreria essa reposição, porém, em qualquer caso, ela será implementada apenas após o retorno das atividades escolares. Dentre as alternativas sugeridas pela SEC-BA, encontram-se a que sugere que as aulas sejam recuperadas no formato 100% presencial, com prolongamento do período letivo adentrando o ano de 2021. Outra possibilidade versa sobre o retorno das aulas de maneira 100% não presencial, com ou sem o uso de tecnologia. Além disso, a SEC-BA considera alternativas híbridas e complementares entre aulas regulares e não presenciais, destacando que as últimas não se confundem com educação a distância (BAHIA, 2020).

Segundo o secretário de educação da Bahia, Jerônimo Rodrigues, desde a chegada da Covid-19 ao Brasil, diversas medidas em vários setores vêm sendo tomadas para evitar a contaminação das pessoas (CARVALHO, 2020). O secretário salienta que o governo do estado decretou isolamento social desde o dia 16 de março de 2020, de modo que apenas as atividades essenciais seguiram acontecendo. Na rede pública estadual de ensino, de acordo com o decreto do governador, Rui Costa (PT), as aulas estão suspensas por tempo indeterminado no referido ano.

Diante dessas transformações que a educação na Bahia vem sofrendo por causa da pandemia da Covid-19, gestores, professores, estudantes e famílias vêm buscando alternativas para diminuir os prejuízos no sistema educacional. Uma das políticas implantadas pelo governo do Partido dos Trabalhadores (PT), na Bahia, foi o programa de Vale Alimentação Estudantil, aprovado pela Assembleia Legislativa da Bahia no dia 14 de maio de 2020. Foi concedido um auxílio-alimentação no valor de R\$55 para todos os estudantes da rede estadual de ensino, enquanto durar o isolamento social, para amenizar os prejuízos e ajudar na situação financeira desses estudantes e da própria família. É perceptível a preocupação da secretaria de educação do estado em promover diversas parcerias com instituições, na perspectiva de promover algumas atividades *online* para estudantes e professores no período da pandemia.

Nas discussões de especialistas da área educacional, Vieira e Ditolvo (2020 *apud* FGV, 2020) afirmam que não se trata de problematizar a pertinência da educação remota, educação a distância ou via redes sociais, como é caso de WhatsApp e outros aplicativos. Até mesmo porque esse é um fenômeno nada novo, previsto no art. 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394/1996, e devidamente regulamentado pelo Decreto n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005, o qual estabelece, no seu art. 3º: “A criação, organização, oferta e desenvolvimento de

cursos e programas a distância deverão observar ao estabelecido na legislação e em regulamentações em vigor, para os respectivos níveis e modalidades da educação nacional”. Limitado pelas condições materiais de sobrevivência de grande parte das famílias brasileiras, pelo baixo investimento no setor educacional e pela falta de políticas efetivas de formação continuada de professores e sem o devido preparo, ainda mais com a pandemia da Covid-19.

Segundo Arroyo (2010), é urgente retomar a relação, não superada, entre educação e desigualdade, visto que ocorreram, no decorrer da história, mudanças de qualidade das desigualdades e opressão que perduram na atualidade, não apenas por seu aumento, mas pelo refinamento dos tradicionais processos que as determinam. Essas desigualdades podem ser redefinidas, no contexto atual, pelos processos de concentração e de apropriação-expropriação da renda, da terra, do espaço urbano, do conhecimento, das ciências e tecnologias, da privatização do Estado, de suas agências e políticas.

Procedimentos metodológicos da pesquisa

Para elaboração desta pesquisa, adotamos a metodologia qualitativa exploratória. Realizamos uma discussão para aprofundarmos a pesquisa do campo educacional sobre os impasses e as perspectivas para o futuro educacional no ensino médio na Bahia e trazer relatos de alguns educadores (professores, coordenadores e diretores) que lecionam ou coordenam escolas estaduais no âmbito baiano em tempos da Covid-19, que ficam nos seguintes municípios: Bom Jesus da Lapa, Candiba, Riacho de Santana, Salvador, Santa Maria das Vitória, Matina e Vitória da Conquista.

Nessa perspectiva, optamos por realizar a coleta de dados através da aplicação de questionários, cujos sujeitos da pesquisa responderam por e-mail as questões enviadas, pois, devido ao isolamento social do presente momento, os pesquisadores não puderam aplicar o questionário de modo presencial. Utilizamos o correio eletrônico também para enviar um documento explicando sobre os aspectos éticos da pesquisa. Para a apresentação dos resultados, os sujeitos foram identificados apenas pela sua função (professor, coordenador e diretor) nas instituições onde trabalham. Para a coleta de dados a partir do questionário, recorreremos a Gil (1999, p. 128), que afirma o seguinte: o questionário pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”.

Diante dos impactos causados pela Covid-19 no mundo todo e das mudanças ocasionadas no sistema educacional, a partir do isolamento social, optamos por aplicar um questionário com educadores de algumas escolas do estado da Bahia, para compreender as angústias e os principais impactos causados por esse vírus que determinou o fechamento das escolas e optou pelo ensino remoto. Assim sendo, os sujeitos escolhidos para participar foram servidores concursados pela Secretaria de Educação do estado da Bahia, conforme demonstra o Quadro 1, que contém as informações sobre os participantes da pesquisa, a profissão, a formação acadêmica, a instituição em que trabalha e a cidade em que atua.

Quadro 1 – Informações dos participantes da pesquisa

Função	Formação	Instituição que atua	Município
Professora	Educação Física	Colégio Estadual Antônio Batista	Candiba
Professora	Química	Colégio Estadual Professora Marilene Silva	Salvador
Professor	Matemática	Centro Territorial de Educação Profissional da Bacia do Rio Corrente – Cetep	Santa Maria da Vitória
Professora	História	Educandário Padre Gilberto Vaz Sampaio	Vitória da Conquista
Coordenadora pedagógica	Pedagogia	Colégio Estadual Sinésio Costa	Riacho de Santana
Professor	Letras e Administração	Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães	Bom Jesus da Lapa
Gestão escolar (diretora)	Letras	Centro Territorial de Educação Profissional da Bacia do Rio Corrente – CETEP	Santa Maria da Vitória

Fonte: elaboração dos autores.

É importante salientar que o questionário de perguntas abertas é um instrumento composto de um conjunto de perguntas ordenadas de acordo com um critério predeterminado, que deve ser respondido sem a presença do respondente (MARCONI; LAKATOS, 1999, p. 100), e que tem por objetivo coletar dados de um grupo de respondentes. Este, por sua vez, objetiva levantar opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas e situações vivenciadas; a linguagem utilizada nesse instrumento deve ser simples e direta, para que o questionado possa compreender e responder com clareza o que está sendo perguntado.

Na busca pela coleta de dados com os educadores do estado da Bahia, a perspectiva é de que a mudança do ensino presencial para o ensino remoto não está sendo fácil na realidade atual com a crise da pandemia da Covid-19. Todavia, assumir o papel de educador e ser humano nesse contexto, tão essencial para o estudante aprender com as ferramentas usadas, será complexo e haverá inúmeras dificuldades a serem vencidas.

A pesquisa será o caminho para construir o conhecimento necessário dos estudantes e analisar as suas angústias e como os educadores se sentem nessa conjuntura no sistema educacional e social. Adotamos o questionário por este instrumento ser considerado como uma técnica bastante viável e pertinente para ser empregada quando se trata de problemas cujos objetos de pesquisa correspondem a questões de cunho empírico, envolvendo opinião, percepção, posicionamento e preferências dos pesquisados.

Incertezas no sistema educacional

O artigo 1º da Lei n. 9.394/1996 define que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e nas organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Nesse sentido, a educação não pode ser negada como direito do ser humano.

É importante lembrar que, na Constituição federal de 1988, no artigo 205 (BRASIL, 1988), a educação é tarefa do Estado em colaboração com a família, através da promoção e do incentivo, no processo educativo. O termo colaboração indica o reconhecimento por parte do Estado da enorme tarefa que cabe à sociedade, especialmente a civil organizada, na formação dos educandos. Conforme salientam Stecanela e Lomons (2020, p. 2), pensar no direito à educação nos remete a três aspectos:

- (a) refletir acerca da natureza do direito, sua validade e expressão legal, incluindo-se aí a diferença entre conquistá-lo e tê-lo reconhecido; (b) considerar os processos educacionais que envolvem a organização curricular, a formação de professores e a infraestrutura oferecida pelas escolas; e (c) problematizar as práticas ou modos de apropriação das políticas educacionais e dos recursos materiais e humanos disponíveis, especialmente por parte dos docentes.

Nada impede, portanto, que a sociedade civil planejada, representada por associações comunitárias, entidades religiosas e organizações não governamentais, possa, em conjunto com o Estado, realizar o trabalho de educar as pessoas. Partindo desse pressuposto, a questão se mostra mais na perspectiva humana e solidária nessa crise epidêmica. A relação com o papel social da educação, principalmente em tempos traumáticos, deve estimular reflexões sobre o que será feito com milhares de crianças e jovens após o fim do isolamento social imposto pelo risco iminente do contágio pelo coronavírus.

Sobre tais incertezas e desafios da educação no estado da Bahia, da realidade atual e problematizada, pensemos nas conexões do pensamento freiriano sobre a

ação dos sujeitos dialógicos sobre ela, para transformá-la. “Educação problematizadora se faz assim, um esforço permanente através do qual os homens vão percebendo criticamente, como estão sendo no mundo” (FREIRE, 1988, p. 72). Todavia, a problemática, como aborda Freire, é do próprio conhecimento em sua indiscutível relação com a realidade concreta na qual se gera e sobre a qual incide, para melhor compreendê-la, explicá-la e transformá-la.

Análise dos resultados

A partir dos dados coletados através de questionários respondidos por alguns educadores das escolas estaduais pesquisadas na Bahia, evidenciamos nos relatos que o número de crianças e jovens com dificuldade de aprendizagem aumentou significativamente com a chegada do coronavírus. Assim, entendemos que a solução do problema não está na “caça às bruxas”, como em uma visão maniqueísta de busca a culpados. É necessária uma atitude frente aos problemas relatados, bem como dialogar com a sociedade a saída para a melhoria educacional em toda sua totalidade.

Na execução das atividades pedagógicas no sistema educacional baiano, seguindo as orientações do Conselho Nacional de Educação (CNE) e do Conselho Estadual de Educação (CEE), para os estabelecimentos de ensino, em face da pandemia da Covid-19, deve-se reportar à aplicação do previsto no art. 32 da Lei n. 9.394/1996, que, de modo explícito, determina que no ensino fundamental as atividades regidas pelos princípios da educação a distância sejam utilizadas como complementação da aprendizagem ou aplicadas em situações emergenciais, sublinhada a regularidade da oferta no modelo de ensino presencial.

Em 18 de março de 2020, o CNE veio a público elucidar aos sistemas e às redes de ensino, de todos os níveis, etapas e modalidades, considerando a necessidade de reorganizar as atividades acadêmicas por conta de ações preventivas à propagação da Covid-19. Em decorrência desse cenário, os CEEs de diversos estados e vários Conselhos Municipais de Educação (CMEs) emitiram resoluções e/ou pareceres orientativos para as instituições de ensino pertencentes aos seus respectivos sistemas sobre a reorganização do calendário escolar e o uso de atividades não presenciais.

Em 3 de abril de 2020, o Ministério da Educação publicou a Portaria n. 376, que dispõe sobre as aulas nos cursos de educação profissional técnica de nível médio enquanto durar a situação de pandemia da Covid-19. Em caráter excepcional, a portaria autoriza as instituições integrantes do sistema federal de ensino, quanto aos cursos de educação profissional técnica de nível médio em andamento,

a suspender as aulas presenciais ou substituí-las por atividades não presenciais por até 60 dias, prorrogáveis a depender de orientação do Ministério da Saúde e dos órgãos de saúde estaduais, municipais e distrital. Nas análises e discussões sobre o sistema educacional brasileiro, é importante destacar alguns dados sobre a educação na Bahia em decorrência da Covid-19, que afetou toda a população, e, conseqüentemente, a paralisação das aulas presenciais.

Nessas análises, para compreender o que os sujeitos pensam sobre as aulas remotas de modo *online*, fizemos o seguinte questionamento: quais medidas a sua escola tem tomado até agora para minimizar os impactos da Covid-19 no que se refere à oferta das aulas? Os participantes argumentaram conforme os relatos a seguir:

Desde o dia 19/03 as aulas presenciais foram suspensas. Foi implantado o acompanhamento dos alunos através das mídias sociais. Foram feitos grupos de WhatsApp por turmas, por grupos de líderes e as atividades e orientações foram enviadas desta forma. No segundo momento, que começou no final de abriu, os professores passaram a utilizar a ferramenta do Google sala de aula (Classroom). Os alunos que não tem acesso a internet ou outras dificuldades de acessar, vão até a escola, com horário programado, buscar as atividades impressas (Professor da cidade de Bom Jesus da Lapa, 2020).

Com relação às medidas preventivas a escola está sob afastamento social atendendo aos decretos do governo do estado, como medida de prevenção e combate ao novo coronavírus – Covid-19. Quando há a necessidade de adentrarmos nos recintos da escola utilizamos os EPIs (máscaras e luvas) indicados pela Organização Mundial de Saúde – OMS e demais orientações das autoridades municipais (Coordenadora pedagógica da cidade de Riacho de Santana, 2020).

Assim como as demais escolas da rede estadual, seguindo orientações da Secretaria de Educação da Bahia, o CETEP trabalha com Rotinas de Estudo com objetivo de manter o vínculo entre escola-professores-estudantes. É uma ação realizada parcialmente, de forma colaborativa e voluntária, através dos professores que se interessaram em seguir esse caminho durante o período de suspensão das aulas. Infelizmente o alcance não é satisfatório, pois não podemos contar com nossos estudantes sem acesso digital, principalmente os que vivem no meio rural. Portanto, não adotamos como regra e nem como substituição das aulas ou reposição de carga horária, trata-se apenas de uma possibilidade de troca de informações. (Diretora da cidade de Santa Maria da Vitória, 2020).

Nós professores, somos orientados a encaminhar exercícios para os alunos para que nesse período de quarentena, eles continuam em uma rotina de estudos com uma ênfase maior sobretudo para os alunos do 3º ano que irão fazer o Exame Nacional do Ensino Médio e precisa acelerar os estudos para os vestibulares no final de ano. Abordando questões referentes a minha disciplina, encaminho para os líderes das turmas, e essa comunicação ela se dá por meio de WhatsApp, os líderes das turmas por sua vez repassa essas atividades, esses exercícios e vídeo aulas para as turmas que os representam (Professora da cidade de Candiba, 2020).

As considerações gerais sobre a legislação indicam a necessidade de construir novas alternativas de organização curricular, comprometidas, de um lado, com o

novo significado do trabalho no contexto da globalização e, do outro, com o sujeito ativo, a pessoa humana que se apropriará desses conhecimentos para aprimorar-se no mundo do trabalho e na prática social. Não podemos deixar de apontar a precariedade em infraestrutura tecnológica, conectividade, conteúdo digital e experiência de ensino existente para poder concretizar o modelo de educação virtual em casa. Isso nem mesmo para a lógica do mercado poderá ser resolvido em meses ou em alguns anos.

Os educadores foram questionados na seguinte perspectiva: a escola está preocupada em garantir o aprendizado do ano letivo, e no cumprimento de carga horária e na distribuição de conteúdo no período do isolamento? Os participantes relataram o que segue:

Penso que a melhor saída seja contabilizar horas de tarefas de casa, quando as aulas forem retomadas. Certamente, será necessário repensar a distribuição de conteúdo e carga horária (Professor da cidade de Santa Maria da Vitória, 2020).

Nossa escola não está preocupada com o cumprimento dos dias letivos, no momento, estamos focados em favorecer a aprendizagem dos estudantes através de tecnologias de comunicação e atividades remotas. Além dessas ações, a escola presta atendimento diariamente aos estudantes de maneira virtual sobre as atividades da escola, como o Programa Mais Estudo (Coordenador pedagógico da cidade de Matina, 2020).

Os professores deverão reduzir a quantidade de conteúdo trabalhando de forma significativa. Com relação à carga horária, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9.394/96) informa que o calendário deve ter no mínimo 200 dias letivo. No entanto, diante da pandemia o projeto de Lei 680/20 permite flexibilizar o calendário em caso de situações graves (Professora da cidade de Salvador, 2020).

Importante destacar que todos nós professores, gestores, coordenação pedagógica, alunos e família, estamos pisando em terrenos ainda muito incerto. Nós não sabemos esse efetivamente como educação ficará na Bahia, se esse ano letivo se dará sob orientação à distância. A orientação que nós educadores temos, que é necessária essa conexão com o alunado para que os mesmos continuem uma rotina de estudos com ênfase em relação aos alunos do terceiro ano, estudando com roteiro das disciplinas, para todas as avaliações externas, que eles certamente farão, mas nós ainda estamos em um futuro incerto nessas mudanças todas ocorridas pelo Covid-19 (Professora da cidade de Candiba, 2020).

A deputada Maria do Rosário (PT-RS) tem uma proposta com o foco de alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/1996). A referida proposta está descrita no Projeto de Lei (PL) n. 680/2020, em tramitação para permitir a flexibilização do calendário letivo em caso de pandemias, doenças infectocontagiosas ou outras situações graves e emergenciais. Com base nesse PL, asseguradas as cargas horárias mínimas anuais e os conteúdos previstos, será possível descumprir a exigência de no mínimo 200 dias de efetivo trabalho escolar. Nesse

sentido, o Parecer CNE/CP n. 5/2020, aprovado em 28 de abril de 2020, trata da reorganização do calendário escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia da Covid-19 (BRASIL, 2020), o qual emite orientações para a oferta de ensino no que se refere às modalidades educacionais.

Em consonância com o CNE, o CEE da Bahia dispõe, na Resolução n. 37, de 18 de maio de 2020, normas complementares, considerando a “suspensão das atividades escolares por conta da pandemia da Covid-19”, com a possibilidade de “ocasionar descontinuações indesejáveis do processo educacional, com efeito na aprendizagem dos estudantes”. Segundo o CEE (BAHIA, 2020, p. 2):

Art. 3º - §1º A dimensão exarada no *caput* estabelece a possibilidade de aferir a soma do tempo destinado à consecução das tarefas pedagógicas por processos remotos, no conjunto das oitocentas horas letivas anuais, desde que esta decisão seja consentânea com os propósitos e os argumentos dos gestores das redes, em articulação com as unidades escolares, para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, bem como para a Educação Profissional e Tecnológica.

Sobre o processo de ensino e aprendizagem desses educandos, fizemos o seguinte questionamento: qual é a importância do espaço escolar para o aprendizado, a presença física, o convívio social? Os sujeitos se posicionaram da seguinte maneira:

A educação não é feita unicamente pela transmissão de conteúdo, a aprendizagem está ligada às relações interpessoais e as competências socioemocionais. O convívio social é de suma importância para o desenvolvimento das crianças e adolescentes (Professora da cidade de Vitória da Conquista, 2020).

O ser humano não é uma ilha! Daí a necessidade do convívio social e da presença física para o compartilhamento e troca de experiências e o seu desenvolvimento psicossocial saudável. A riqueza do convívio heterogêneo é indiscutível no processo ensino aprendizagem. Porém, a experiência que o afastamento social que o Covid-19 nos impôs com as atividades *online*, nos mostra a importância da forma “híbrida” de ensinar (Coordenadora pedagógica da cidade de Riacho de Santana, 2020).

A presença física de alunos e professores na escola é fundamental para a formação dos estudantes, como seres sociais, psicológicos e cognitivos. O compartilhamento de informações e saberes nas relações na escola enriquece a formação integral dos alunos (Coordenador pedagógico da cidade de Matina, 2020).

A interação presente no espaço da escola é um importante instrumento no processo ensino-aprendizagem. Sem ela, em toda sua dinâmica na conjuntura escolar, as possibilidades de ensinar e de aprender tornam-se difíceis e excludentes (Diretora da cidade de Santa Maria da Vitória, 2020).

Sobre interação e aprendizagem, segundo Libâneo (1994, p. 90), “a relação entre ensino e aprendizagem não é mecânica, não é uma simples transmissão do professor que ensina para um aluno que aprende”. Ele mesmo concluiu que é algo bem diferente disso, pois “é uma relação recíproca na qual se destacam o papel dirigente do professor e a atividade dos alunos”. Dessa forma, podemos perceber que “o ensino visa estimular, dirigir, incentivar, impulsionar o processo de aprendizagem dos alunos”. Entretanto, há que se pensar a partir da perspectiva do isolamento social ocasionado pelas eventuais pandemias, a exemplo do momento histórico que estamos vivendo. Por isso, fizemos o seguinte questionamento: e sobre a questão da pandemia na Bahia resultante da Covid-19 que afetou o mundo todo, na sua opinião, qual o impacto desse vírus, se o sistema educacional continuar com atividades de ensino remoto no estado? Para essa questão, os sujeitos relataram o que segue:

Urge a necessidade de aprimoramento, extensão e utilização de tecnologias de informação e comunicação dos recursos tecnológicos (TICs) na educação brasileira. Chamo a atenção, no entanto, para a qualidade dos recursos tecnológicos que chegam até a escola, principalmente para o estudante, sem a qualidade que a demanda requer. O caso dos tablets por exemplo (Coordenadora pedagógica da cidade de Riacho de Santana, 2020).

Acredito que haverá mais atenção e investimento na área das tecnologias na escola, por parte da administração pública. Só assim vão perceber que a desigualdade, a dificuldade de acesso é muito grande, e neste momento as atividades remotas não estão atingindo a todos devido essa falta de atenção e investimento nas escolas e na sociedade de forma geral. Neste ano, durante a jornada pedagógica, foi muito discutido sobre as metodologias ativas da aprendizagem, mas nenhum suporte técnico foi oferecido pela secretaria de educação (Professor da cidade de Bom Jesus da Lapa, 2020).

A educação a distância no Brasil, passará por uma mudança na visão e na aplicação. A legislação brasileira deve regulamentar essa modalidade de ensino (aplicada para a educação básica), além de debater junto com a sociedade a importância do ensino a distância (Professora da cidade de Vitória da Conquista, 2020).

Uma alternativa para diminuir o impacto da paralisação das aulas. Porém, como veio de repente, a grande maioria dos professores e alunos não reúne condições mínimas para que se obtenha o resultado desejado (Professor da cidade de Santa Maria da Vitória, 2020).

Sobre o ensino remoto cada vez mais presente e a organização das atividades curriculares, a Resolução n. 37 do CEE explicita, no art. 11 (BAHIA, 2020, p. 05):

No planejamento do retorno às atividades presenciais ou mesmo enquanto perdure a pandemia, as redes e unidades escolares da educação básica nas etapas da Ensino Fundamental e do Ensino Médio, podem reconstituir a delimitação dos conteúdos na reprogramação das atividades de ensino, com suporte no Art. 32, Arts. 35 e 35-A, da LDB, respectivamente, reiterada a BNCC como base desse procedimento.

Todas essas questões geram mudanças e, de certo modo, transformam o sistema educacional para um novo modelo ainda pouco conhecido. Sendo assim, questionamos o seguinte: nessas mudanças ocorridas nos últimos meses desse ano de 2020, na concepção de educador, o que é necessário fazer para compreender as transformações ocorridas pelo advento da Covid-19 nesse cenário atual do sistema educacional na Bahia? Os sujeitos responderam conforme segue:

Em primeiro lugar o professor precisa desmitificar que será substituído pela tecnologia e aceitá-la como um forte aliado. Os recursos tecnológicos – TICs – oferecem diversas ferramentas à disposição dos professores entre todas as áreas do saber. Os estudantes sinalizam a necessidade dos professores se aperfeiçoarem para seguir a mudança. O uso da tecnologia possibilita o estudo interativo de conteúdos, tornando-os mais atraentes e fazendo com que o estudante adote uma postura mais participativa. As ferramentas tecnológicas permitem diversificar as metodologias de ensino a abrir caminho para infinitas possibilidades didáticas. O trabalho com os recursos tecnológicos de aprendizagem são exemplos do potencial da tecnologia para o desenvolvimento da educação. Infelizmente, ainda existe muita resistência por parte significativa dos professores em encarar o desafio que hoje se torna necessário e imperativo. Quiçá, por comodismo, por não querer sair da sua zona de conforto, ou seja, de continuar fazendo o que já tem segurança para fazer, ou até mesmo, por falta de competência técnica para o uso das ferramentas digitais, por fim, desmotivação, vontade e falta de incentivo para inovar e aderir às mudanças que a nova era requer (Coordenadora pedagógica da cidade de Riacho de Santana, 2020).

A atual conjuntura da educação mundial, é um desafio para os educadores. Pois, é necessário revisitar o fazer pedagógico. Os educadores precisam se adaptar a educação remota. A tecnologia é uma importante aliada nesse momento da educação, como um entrave, já que grande parte dos educadores não possuem equipamentos qualificados, ou não dominam as tecnologias (Professora da cidade de Vitória da Conquista, 2020).

O professor deve estar sempre se reciclando para se adaptar as tecnologias surgidas e utilizadas pelos estudantes (Professora da cidade de Salvador, 2020).

Contudo, para além da importância de refletirmos sobre o desafio de preparar os professores para o uso das tecnologias em seu fazer pedagógico, é necessário avaliarmos se a formação contempla as tecnologias por uma ótica crítica, levando os professores a compreenderem que aquilo que o discurso hegemônico proclama, ou seja, as tecnologias como panaceia educativa, bem como a sua utilização sem princípios críticos e éticos, corresponde exatamente ao que o sistema capitalista almeja (VENTURINI; MEDEIROS, 2016).

Outra questão que apresentamos, ainda com o intuito de percebermos a concepção dos sujeitos sobre a modalidade de ensino trabalhada no contexto atual, foi a seguinte: na vertente da educação remota, híbrida ou a distância, como vocês, educadores, analisam o uso de tecnologias para o ensino? É necessária uma forma-

ção continuada do estado? Dê sua opinião. Para tais questões, os sujeitos fizeram as seguintes reflexões:

O ensino a distância deve ser proposto como ferramenta não como algo que possa substituir o ensino presencial tendo em vista que a condição social e econômica pode variar entre alunos, cidades e Estados. Muitos alunos não possuem computador, celular, internet. Tem localidades que não tem rede de internet. Então, essas dificuldades deverão ser avaliadas. Quanto à formação continuada do Estado é importante para capacitar dando suporte na discussão de determinados temas (Professora da cidade de Salvador, 2020).

Sim. É necessário mais investimento no profissional e também na estrutura da escola. E dar acesso aos alunos no ambiente escolar (Professor da cidade de Bom Jesus da Lapa, 2020).

O uso de tecnologias como recursos educativos será fortalecido e isso ocorrerá de maneira gradativa, com a formação de professores e necessidade de uso desses mecanismos, para aprimoramento da comunicação com alunos (Coordenador pedagógico da cidade Matina, 2020).

Sim, é importante, como complemento aos saberes docentes, jamais como novo método de ensino. Pelo menos a meu ver deveria ser assim. Por outro lado, temo que os que estão no poder insistam nessa tese de que a educação possa ser totalmente mediada pelas tecnologias (Diretora da cidade de Santa Maria Vitória, 2020).

A partir dos relatos dos sujeitos, percebe-se um indicativo para aulas *online*, ainda assim, as pesquisas mais recentes evidenciam que não se trata de alternativa equivalente: atividades remotas e até mesmo atividades mais estruturadas na modalidade educação a distância (EaD) têm suas limitações e, com efeito, não conseguirão substituir a experiência escolar presencial, em particular, quando aplicadas em escala na educação básica (SANTOS; NUNES, 2020).

Outro aspecto analisado nesta pesquisa foi sobre o papel da família na aprendizagem dos alunos e como a função do Estado tem sido transferida para os pais nesse contexto. Para sabermos o que os sujeitos pensam sobre isso, destacamos a questão seguinte: nessas mudanças ocorridas na educação do estado da Bahia para ficar em casa por causa da Covid-19, na sua opinião, esse período de isolamento social e de quarentena das pessoas pode transformar o papel dos pais na educação dos seus filhos? As respostas foram as seguintes:

Durante esse período de atividades remotas, é notório a participação das famílias nas atividades diárias dos educandos. Acredito, que após o fim desse período de isolamento social, os pais participarão mais ativamente da vida dos filhos (Professora da cidade de Vitória da Conquista, 2020).

Certamente. Os pais são fundamentais no processo de aprendizagem, a pandemia acaba aproximando pais e filhos, de maneira que a maioria deles possa ser mais presente (Professor da cidade de Santa Maria Vitória, 2020).

Pode ajudar em maior responsabilização pela educação dos filhos em função da quarentena e assumir o verdadeiro papel dos pais na educação dos filhos conforme assegura a CF, no artigo 205, que a educação é dever da família e do Estado (Coordenador pedagógico da cidade Matina, 2020).

Sim. Muitos atinaram para a importância do profissional da educação ao lidar com a diversidade e com tantos, intempéries ao longo do ano letivo. Acredito que a relação família/escola será mais valorizada (Coordenadora pedagógica da cidade de Riacho de Santana, 2020).

Sim. Os pais, nesse cenário que configura o Brasil, são de extrema importância para o desenvolvimento de estudante, pois com a ausência direta dos professores eles têm agora como função de incentivar os filhos frente aos exercícios propostos (Professora da cidade de Salvador, 2020).

Os estudantes vêm resistindo à rotina, pois acreditam que estão de férias, já que estão em casa. Essa situação tem gerado estresse para eles e seus pais. Os pais se sentem impotentes frente a esse quadro, especialmente no que se refere à ausência, muitas vezes, de um espaço específico para os estudantes realizarem as tarefas e participarem das interações virtuais de forma privada, visto que a família está em casa todo o tempo e se adaptar a esse novo formato não tem sido fácil (ALVES, 2020).

Por fim, a última questão apresentada foi: nas reflexões e análises de vocês, educadores, quais mudanças mais profundas podem surgir na educação depois da pandemia, no seu ponto de vista? Os sujeitos responderam conforme os seguintes relatos:

Ocorrerão mudanças na estrutura social, com mais exclusão de alunos pobres e impossibilidade de recuperar a aprendizagem em curto período de tempo. Com o retorno das aulas presenciais em condições normais, acredito que as escolas passarão a trabalhar conforme a proposta pedagógica estabelecida antes da pandemia (Coordenador pedagógico da cidade Matina, 2020).

Afirmo que é necessário refletir sobre mudanças ocorridas e que as atividades remotas faz repensar o conceito de como o professor deve atuar e sobretudo muitos não têm facilidade para lidar com o uso da tecnologia, como os professores mais jovens usam, questões que são reflexões necessárias e também são provocativas. A questão da desigualdade pode aumentar gradativamente com a educação remota e à distância e é inconcebível pensar em educação homogênea em um país extremamente heterogêneo como o nosso (Professora da cidade de Candiba, 2020).

Espero que a juventude desperte para a importância dos estudos, da ciência e do conhecimento. Neste momento de pandemia, está sendo revelado os verdadeiros heróis e vilões. E vimos que o conhecimento, a formação, os estudos é um grande aliado na crise, e as pessoas que estão à margem de tudo isso, serão como pedras a beira do caminho, infelizmente (Professor, cidade de Bom Jesus da Lapa, 2020).

Talvez se direcionem o olhar para a educação como fonte de vida para a dinâmica social e com isso haja preocupação, investimentos e compromisso político e social (Diretora da cidade de Santa Maria Vitória, 2020).

Uma das mudanças está relacionada ao uso da tecnologia até então não explorada de forma efetiva pelos colégios, a exemplo da Classroom; adaptação dos professores as tecnologias; calendário acadêmico e os assuntos que deverão ser trabalhados (Professora da cidade de Salvador, 2020).

A educação após a pandemia passará por diversas mudanças, uma delas é a valorização da escola, como instituição de fundamental importância para o desenvolvimento da sociedade. Além disso, a valorização dos profissionais da educação, as relações entre família e escola e até mesmo as relações interpessoais (Professora da cidade de Vitória da Conquista, 2020).

Percebe-se, nos relatos dos sujeitos da pesquisa, que, com o ensino remoto e a EaD, está concentrando no Brasil um índice altíssimo de desigualdade educacional; mesmo diante da crise sanitária criada pela Covid-19, o governo federal se junta aos setores privatistas e fundamentalistas que visam somente manter lucros e privilégios para adotar uma postura negacionista frente às medidas tomadas em favor da saúde, da vida e da solidariedade humana. Apropriam-se de incertezas, falta de conhecimento científico, ansiedade e insegurança da população diante da pandemia, para, cinicamente, induzir os trabalhadores, de maneira errônea, à falsa dicotomia no que se refere ao direito à vida em contraposição economia. O Fórum Nacional de Educação do Campo (2020, p. 1) chama atenção que esses mesmos setores se organizem para:

Buscam estabelecer acordos com o Ministério da Educação (MEC), secretarias e conselhos de educação (nacional, estaduais e municipais) para criar soluções burocráticas e padronizadas com o pretexto de não deixar a “educação parar”. Eles tentam induzir os professores e professoras a acreditarem que a Educação a Distância (EaD), por meio do uso das tecnologias digitais de informação e comunicação, é a panaceia necessária para dar continuidade às atividades escolares que, acertadamente, foram interrompidas em função da necessidade de medidas de distanciamento social.

Considerações finais

Na presente pesquisa, apresentamos breves relatos de educadores que trabalham em algumas escolas da Secretaria de Educação do estado da Bahia. Nas análises apresentadas, ficou evidenciado que, após a propagação da Covid-19 em todo o mundo, há incorporação de um novo sistema educacional a partir das constatações de um ensino remoto e a distância, como flexibilização do calendário escolar para atender as demandas dos alunos e das instituições de ensino. Fica claro que, sem o

aporte do Estado e sem o devido planejamento, isso funcionará apenas para quem já dispõe dos recursos necessários, como dispositivos tecnológicos que suportam diferentes módulos, recursos e programas, conexão de alta velocidade e qualidade, aparelho de TV com boa qualidade de imagem e som, espaço adequado para realização das tarefas e atividades.

Assim, analisando a realidade do contexto atual do estado da Bahia, é perceptível que grandes mudanças ocorreram no final de março de 2020 e se perpetuaram nos meses seguintes, sem previsão de retorno das aulas e com um sistema de saúde próximo de um colapso. Nesse aspecto, sob o caos que acontece na saúde e na educação, percebe-se que a educação perpetuou para um sistema a distância, que tem um papel de destaque no momento em que há o isolamento social que estamos vivendo com o desenvolvimento do coronavírus. Os estudantes do ensino médio baiano sentiram bruscamente as transformações ocorridas pelo sistema adotado pela secretaria de educação e pelos educadores.

É importante compreender que, com as novas tecnologias no cotidiano atual, através de uma educação remota, a escola desencadeia um maior conhecimento factual e demonstra necessidades e expectativas mais objetivas quanto à formação dos educadores no ambiente escolar. Como resposta a essa realidade, é fundamental o questionamento da postura tradicional do professor enquanto detentor do poder e do conhecimento, em total descompasso com as tendências atuais de incorporação das novas tecnologias da informação e da comunicação na educação, segundo a perspectiva construtivista.

Concluimos que muitos educadores, pais e alunos sentem o impacto das mudanças drásticas ocorridas, principalmente em 2020, em que o momento do distanciamento social continua a ser recomendado por conta da Covid-19, mas não o distanciamento da sociedade, o que, sem dúvidas, exige a valorização das ciências humanas e daqueles que a elas se dedicam, pois as tecnologias sociais serão fundamentais para recuperação de um país assolado pela pandemia, mas também por negacionismos, reducionismos e necropolíticas estatais. É necessário pensar/repensar em um ensino de qualidade em toda a educação básica, que é o nível que mais afeta a cidadania, por isso deve ser visto como um compromisso de todos e de uma educação justa.

Referências

- ALVES, Lynn. Educação remota: entre a ilusão e a realidade. *Interfaces Científicas: Educação*, Aracaju, v. 8, n. 3, p. 348-365, jun. 2020.
- ARROYO, Miguel. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. *Educação Social*, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, 2010.
- BAHIA. Resolução CEE n. 37, de 18 de maio de 2020. *Diário Oficial do estado da Bahia*, de 21 maio 2020. Secretaria Estadual de Educação. 2020. Disponível em: <http://www.conselhodeeducacao.ba.gov.br>. Acesso em: 03 jun. 2020.
- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 out. 1988.
- BRASIL. Resolução CNE/CES n.1, de 03 de abril de 2001. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação. *Diário Oficial da União*, Brasília, 9 abr. 2001, seção 1, p. 12.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 20 dez. 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Conselho Nacional de Educação esclarece principais dúvidas sobre o ensino no País durante pandemia do coronavírus*. 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/87161-conselho-nacional-de-educacao-esclarece-principais-duvidas-sobre-o-ensino-no-pais-durante-pandemia-do-coronavirus>. Acesso em: 27 maio 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Coronavírus (Covid-19)*. Covid-19 Painel de Controle. Atualizado em: 14/03/2022. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br>. Acesso em: 15 de mar. 2022.
- CGI.BR. *Três em cada quatro brasileiros já utilizam a Internet, aponta pesquisa TIC Domicílios 2019*. Atualizado em 26 de março de 2020. Disponível em: <https://www.cgi.br/noticia/releases/tres-em-cada-quatro-brasileiros-ja-utilizam-a-internet-aponta-pesquisa-tic-domicilios-2019/>. Acesso em: 15 de mar. 2022.
- CARVALHO, Elen. *Secretário de Educação da BA aponta desafios da rede pública de ensino na pandemia*. Brasil de Fato, Salvador, 22 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/22/secretario-de-educacao-da-ba-aponta-desafios-da-rede-publica-de-ensino-na-pandemia>. Acesso em: 15 mar. 2022.
- FACULDADE GETÚLIO VARGAS. *Especialistas debatem transformação da educação em meio à pandemia de Covid-19*. Atualizado em 27 de março de 2020. Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/especialistas-debtem-transformacao-educacao-meio-pandemia-covid-19>. Acesso em: 25 maio 2020.
- FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO. *A educação do campo no enfrentamento da Covid-19 no Brasil*. 2020. Disponível em: http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_2139998301_22042020110749.pdf. Acesso em: 27 maio 2020.



- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- GIL, Antônio. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- INEP. Ministério da Educação. *Senso escolar 2017*. Brasília, DF: MEC, 2018.
- LIBÂNEO, José. *Os métodos de ensino*. São Paulo: Cortez, 1994.
- MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva. *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1999.
- VENTURINI, Aline; MEDEIROS, Liziany. Políticas públicas educacionais e o uso das tecnologias no atendimento educacional especializado. CINTED-UFRGS. *Novas Tecnologias na Educação*, v. 14, n. 2, dez. 2016.
- SANTOS, E. O. *Pesquisa-formação na cibercultura*. Teresina, PI: EDUFPI, 2020.
- SANTOS, Arlete; SILVA, Elenice; ALVES, Cândida. Os impactos do PAR na educação infantil do campo: um estudo exploratório. *Espaço Pedagógico*, Passo Fundo, v. 26, n. 1, p. 214-237, jan./abr. 2018.
- STECANELA, Nilda; LEMONS, Caroline. Direito à educação: da conquista ao reconhecimento. *Espaço Pedagógico*, Passo Fundo, v. 27, n. 1, p. 168-185, jan./abr. 2020.
- SANTOS, Arlete; NUNES, Cláudio. *Reflexões sobre políticas públicas educacionais para o campo no contexto brasileiro*. Salvador: Editora Edufba, 2020.
- SINPRO-DF, 2020. *EAD e exclusão escolar em tempos de pandemia*. 29 de março de 2020, por Olga Freitas. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/ead-e-exclusao-escolar-em-tempos-de-pandemia/>. Acesso em: 15 de mar. 2022.
- UNESCO. *UNESCO reúne organizações internacionais, sociedade civil e parceiros do setor privado em uma ampla coalizão para garantir a “Aprendizagem Nunca Para”*. Atualizado em 26 de março de 2020.
- UNICEF. *Covid-19: Mais de 95% das crianças estão fora da escola na América Latina e no Caribe*. 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/covid-19-mais-de-95-por-cento-das-criancas-fora-da-escola-na-america-latina-e-caribe>. Acesso em: 28 maio 2020.